

ARTE E CULTURA:



Produção, Difusão e Reapropriação

2

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

ARTE E CULTURA:

Produção, Difusão e Reapropriação

2

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

 **Atena**
Editora
Ano 2021

Editora ChefeProf^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Elói Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlundo Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miraniide Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andrezza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenología & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Arte e cultura: produção, difusão e reapropriação 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A786 Arte e cultura: produção, difusão e reapropriação 2 /
Organizador Ezequiel Martins Ferreira. - Ponta Grossa -
PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-154-8

DOI 10.22533/at.ed.548211006

1. Arte. 2. Cultura. I. Ferreira, Ezequiel Martins
(Organizador). II. Título.

CDD 306.47

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos - CRB-8/9166

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

As relações entre o conhecimento artístico ou estético e o conhecimento científico sempre existiram, do ponto de vista das produções simbólicas do homem. Já haviam, antes da criação de um método científico, surgido de uma visão racionalista e empirista, os modos de conhecimento se pautavam em explicações que acalentavam as inquietações humanas, a exemplo temos o conhecimento mítico, o filosófico e o artístico.

O mítico, que beira o religioso se baseava principalmente em explicações exteriores e anteriores à construção do homem, mas se baseando nos aspectos mais intrigantes do imaginário humano e se perfazendo em torno da construção própria do destino.

O filosófico partia, em parte da observação e do questionamento sempre presente sobre as atitudes e emoções humanas. E, por fim, o artístico, sendo influenciado por ambos os anteriores, representava numa espécie de mimese o que era colhido nas entranhas humanas.

Nesse aspecto, o vínculo entre os três modos de conhecer era responsável pela evolução de cada um, onde o constante diálogo e interação entre eles inspiravam constantemente um ao outro.

Surge então, pelas guinadas da lógica e na evolução do racionalismo, o estabelecimento do método científico pautado na experimentação e delimitação precisa dos caminhos para a aquisição do conhecimento.

Onde havia um espaço aberto à colaboração, se restringe às premissas de um seleto grupo que por algum tempo definem o que pode ser considerado científico ou não.

No entanto, essas barreiras entre o científico e o artístico estão novamente mescladas e as discussões sobre o fazer científico num viés artístico se encontram cada vez mais presentes na atualidade.

Pensando nisso, a coletânea *Arte e Cultura: Produção, Difusão e Reapropriação*, em seu segundo volume, reúne vinte artigos que abordam algumas pesquisas envolvendo a interseção entre arte e cultura.

Uma boa leitura!

Ezequiel Martins Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DA ARTE NA ACADEMIA IMPERIAL DE BELAS ARTES

Flora Pereira Flor

DOI 10.22533/at.ed.5482110061

CAPÍTULO 2..... 12

SERMÕES EM PALIMPSESTOS, PARA FLAUTA E SONS ELETRÔNICOS: ASPECTOS COMPOSICIONAIS, ACÚSTICOS E PERFORMÁTICOS

Rodrigo Manoel Frade

Felipe Mendes de Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.5482110062

CAPÍTULO 3..... 23

HÁ QUE SE LER A POÉTICA PARA SE ENTENDER A POLÍTICA

Dinah de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.5482110063

CAPÍTULO 4..... 36

SISTEMA DE GESTÃO PARA PROJETOS INTEGRADORES

Cleuza Bittencourt Ribas Fornasier

Seila Cibele Sitta Preto

DOI 10.22533/at.ed.5482110064

CAPÍTULO 5..... 48

O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM MÚSICA NA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Beatriz Paulino Pereira

Vania Malagutti

DOI 10.22533/at.ed.5482110065

CAPÍTULO 6..... 59

MÚSICA, VOLUNTARIADO E INTERGERACIONALIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Estela Kohlrausch

Johannes Doll

DOI 10.22533/at.ed.5482110066

CAPÍTULO 7..... 70

FERRAMENTAS PARA LER, COMPREENDER E INTERPRETAR O *CALENDÁRIO DO SOM* DE HERMETO PASCOAL

Ewerton Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.5482110067

CAPÍTULO 8	81
ARTE PARTICIPATIVA E PROPOSIÇÕES SISTÊMICAS: PESQUISAS E EXPERIMENTAÇÕES ACADÊMICAS	
Adriana Gomes de Oliveira Helena Martins de Lacerda Laura Campos Daibert	
DOI 10.22533/at.ed.5482110068	
CAPÍTULO 9	102
AS DESENHAÇÕES COMO POTÊNCIA METODOLÓGICA NA PRÁTICA DOCENTE: EXPANDINDO OS LIMITES TERRITORIAIS DO QUINTAL	
Taliane Graff Tomita	
DOI 10.22533/at.ed.5482110069	
CAPÍTULO 10	116
DIVERSIDADE NA ESCOLA: OS DESAFIOS DO ENSINO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA	
Ana Beatriz Barreira Leite	
DOI 10.22533/at.ed.54821100610	
CAPÍTULO 11	130
METODOLOGIA INTEGRATIVA CRIATIVA EM ARTE	
Ana Amélia de Araújo Maciel	
DOI 10.22533/at.ed.54821100611	
CAPÍTULO 12	139
AS ESTRATÉGIAS DA EDUCAÇÃO MUSICAL PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO PONTO DE CULTURA JOVENS PESQUISADORES	
Dálete Lima de Souza Érika de Andrade Silva	
DOI 10.22533/at.ed.54821100612	
CAPÍTULO 13	151
O ENSINO DA MÚSICA E SEUS DIFERENTES CONTEXTOS EM PORTUGAL	
João Guimarães Ribeiro Antônio José Pacheco Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.54821100613	
CAPÍTULO 14	165
O ENSINO DE ARTES VISUAIS PARA TERCEIRA IDADE: UMA EXPERIÊNCIA COM RELEITURAS DA MONA LISA	
Rosali Henriques	
DOI 10.22533/at.ed.54821100614	
CAPÍTULO 15	178
O ENSINO DE REGÊNCIA EM UM CURSO DE LICENCIATURA EM MÚSICA POPULAR:	

PENSANDO OS DISCURSOS Armando de Araujo Ferreira DOI 10.22533/at.ed.54821100615	
CAPÍTULO 16	189
PROJETO SOCIAL E ENSINO DE MÚSICA: OLHAR DOS ALUNOS E DO PROFESSOR EM UMA PESQUISA EXPLORATÓRIA Lívia Figueiredo de Alencar e Silva DOI 10.22533/at.ed.54821100616	
CAPÍTULO 17	197
A EDUCAÇÃO MUSICAL EM UMA ESCOLA RURAL: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA (TRANS)FORMADORA Igor Viana Monteiro DOI 10.22533/at.ed.54821100617	
CAPÍTULO 18	207
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO MUSICAL E ARTES: DESENVOLVIMENTO DAS DIMENSÕES DA MUSICALIDADE NAS AULAS DE ARTE EM CAUCAIA/CE NO INÍCIO DO DISTANCIAMENTO SOCIAL ATRAVÉS DO YOUTUBE Daniel do Nascimento Sombra Israel Kleber de Oliveira Teó ilo DOI 10.22533/at.ed.54821100618	
CAPÍTULO 19	219
A LEGISLAÇÃO E O ENSINO DE MÚSICA Jayza Monteiro Almeida DOI 10.22533/at.ed.54821100619	
CAPÍTULO 20	231
APRENDIZAGEM DA DOCÊNCIA ATRAVÉS DE ESTÁGIO EM PROJETO SOCIAL Yndira Gabriela Fleitas Villarroel Rita de Cássia Domingues dos Santos DOI 10.22533/at.ed.54821100620	
SOBRE O ORGANIZADOR	243
ÍNDICE REMISSIVO	244

O ENSINO DA MÚSICA E SEUS DIFERENTES CONTEXTOS EM PORTUGAL

Data de aceite: 01/06/2021

Data de submissão: 23/03/2021

João Guimarães Ribeiro

Universidade do Minho – CIEC
Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-4418-9848>

António José Pacheco Ribeiro

Conservatório do Vale do Sousa -Lousada,
Portugal
Universidade do Minho – CIEC
Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-3413-8473>

Trabalho apresentado no IV Encontro do Ensino Artístico Especializado da Música do Vale do Sousa: O Ensino da Música no Século XXI: Desafios e Compromissos. Lousada: Conservatório do Vale do Sousa, 2019. <https://sites.google.com/site/encontromusicavaledosousa/home>

RESUMO: *O Ensino da Música e seus Diferentes Contextos*, procura interrogar acerca de como um bem cultural, no contexto de ensino artístico especializado da música em Portugal, é destinado apenas a algumas pessoas e baseado em justificativas da ordem da natureza de cada indivíduo: aptidão, dom, talento e vocação. A Educação Musical, de acesso generalizado, não permite senão uma tímida sensibilização para a música, porém, como acontece em muitos outros países, o ensino musical pode ser encontrado em diferentes instituições com um carácter formal,

não formal e informal. Apesar desta diferente relação com o sistema escolar, qualquer das vias de ensino é válida na aquisição reconhecida de competências musicais. Nesta perspetiva, é importante analisar o que aconteceu na elaboração de uma estratégia geral de ensino da música, orientada, com base em dois princípios bem distintos: por um lado, para a maioria da população, o ensino genérico seguiu um caminho que oferecia o acesso generalizado e democrático, mas inconsequente; por outro lado, para uma minoria, os ramos de ensino, então criados, propuseram um ensino destinado apenas a algumas pessoas, designadamente com talentos específicos em alguma área artística. Esta assimetria entre o ensino *para alguns* e o *ensino para todos* repete-se, com maior ou menor peso na democraticidade, e deste modo, enquanto o ensino genérico for sendo estruturado por matrizes cada vez mais homogéneas e os diversos subsistemas de ensino musical mantiverem as suas especificidades, se compreende que apareçam diferentes contextos para o ensino da música, originando, por isso, uma apropriação da música com diferentes formas de incorporação nos indivíduos, mediante os diferentes cenários de interação social e cultural em que se encontram inseridos.

PALAVRAS-CHAVE: Contextos de Aprendizagem da Música; Ensino Genérico da Música; Ensino Artístico Especializado da Música; Cultura.

MUSIC TEACHING AND ITS DIFFERENT CONTEXTS IN PORTUGAL

ABSTRACT: The Teaching of Music and its Different Contexts, seeks to question about how a cultural asset, in the context of specialized artistic education of music in Portugal, is destined only for some people and based on justifications of the order of the nature of each individual: aptitude, gift, talent and vocation. Music Education, of generalised access, allows only a timid awareness of music, however, as happens in many other countries, music education can be found in different institutions with a formal, non-formal and informal character. Despite this different relationship with the school system, any of the education routes is valid in the recognised acquisition of musical skills. From this perspective, it is important to analyse what happened in the development of a general strategy of music education, oriented on the basis of two very distinct principles: on the one hand, for the majority of the population, generic education followed a path which offered generalised and democratic access, but inconsequential; on the other hand, for a minority, the branches of education, then created, proposed an education destined only for some people, namely with specific talents in some artistic area. This asymmetry between the teaching for some and the teaching for all repeats itself, with a greater or lesser weight in democratization, and in this way, while generic teaching is being structured by increasingly homogeneous matrices and the various subsystems of music teaching maintain their specificities, it is understandable that different contexts for music teaching appear, originating, therefore, an appropriation of music with different forms of incorporation in individuals, according to the different scenarios of social and cultural interaction in which they are inserted.

KEYWORDS: Music Learning Contexts; Generic Music Teaching; Specialized Artistic Music Teaching; Culture.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo organiza-se começando por abordar a importância da exposição à música, por parte das crianças, o mais cedo possível. Segue-se uma apresentação do ensino da música no ensino genérico, ensino artístico especializado: ensino vocacional e ensino profissional, e ensino da música em diferentes contextos. Por último, faz-se uma breve reflexão sobre as diferentes formas de ensinar música em contextos diversificados.

2 | ENSINO DE MÚSICA

A música é uma atividade intencional e humana, neste sentido, «[...] não é uma aptidão especial concedida a um pequeno número de eleitos; todo o ser humano tem algum potencial para aprender a música» (GORDON, 2008, p. 8). De acordo com a pesquisa desenvolvida por Gordon (2000), julga-se que uma grande parte dos neurónios e sinapses que poderiam ter sido utilizados para desenvolver a sensibilidade à música, e que não o foram, acabam por se transferir para outro dos sentidos, ou até mesmo por se perder, como forma de compensar a falta de desenvolvimento musical. O autor defende, ainda, que o nível de aptidão musical com que uma criança nasce irá diminuir se não for nutrido de forma

regular e contínua, através da exposição à música, como tal, é imperativo que a relação com a música deva acontecer desde o mais cedo possível, pois a aptidão musical estabiliza a partir dos nove anos e «as influências do meio ambiente deixarão de ter qualquer efeito sobre esse potencial» (GORDON, 2000, p. 9-10).

A exposição, desde muito cedo, a um contexto musical, contribui para o desenvolvimento humano a vários níveis e na forma como o cérebro se desenvolve e organiza, estando já reconhecidos e fundamentados em vários estudos todos os seus benefícios, nomeadamente no campo das neurociências. Alguns avanços em estudos do cérebro efetuados recentemente mostraram e elucidaram que o envolvimento ativo com a música influencia diferentes áreas de competências do desenvolvimento pessoal e social do indivíduo (HALLAM, 2010). Segundo Cardoso e Sabbatini (2000), existe uma grande influência e impacto nas capacidades cognitivas e nas memórias futuras em todas as crianças que experienciaram um meio onde os sentidos foram exponenciados, desde muito cedo, através da música.

No sentido de investigar sobre este tema, Teachout (2006) realizou uma pesquisa em vários e distintos estudos, com relevo nesta área, conseguindo desta forma concluir que a aprendizagem musical é associada de uma forma positiva a uma série de funções cognitivas, incluindo habilidades espaciotemporais (HETLAND, 2000), integração visual-motora (ORSMOND; MILLER, 1999), atenção seletiva (HURWITZ; WOLFF; BORTNICK; KOKAS, 1975), memória para estímulos verbais (CHAN; HO; CHEUNG, 1998; HO; CHEUNG; CHAN, 2003; JAKOBSON; CUDDY; KILGOUR, 2003; KILGOUR; JAKOBSON; CUDDY, 2000), capacidade de leitura (BUTZLAFF, 2000) e capacidades matemáticas (VAUGHN, 2000). Por sua vez, Vargas (2015) conclui que a música, para além de ativar o cérebro como um todo, estabelece conexões entre áreas responsáveis pelas emoções e memória e é uma fonte importante para estimular a dopamina, o neurotransmissor responsável pela sensação de prazer.

São vários os autores que estão de acordo com o benefício do contacto precoce e exposição contínua das crianças à música, atente-se, por exemplo, nas palavras de Brito (2003, p.35):

[...] ao nascer, a criança é cercada de sons e esta linguagem musical é favorável ao desenvolvimento das perceções sensoriomotoras, dessa forma a sua aprendizagem se dá inicialmente através dos seus próprios sons (choro, grito, risada), sons de objetos e da natureza, o que possibilita descobrir que ela faz parte de um mundo cheio de vibrações sonoras.

De acordo com Faria (2001, p.26) «[...] a música é um importante fator na aprendizagem, pois a criança desde pequena já ouve música, a qual muitas vezes é cantada pela mãe ao dormir». Segundo Ilari (2006, p.16) «[a]s pesquisas mostram que o processamento e a evolução melódica têm início na infância, e as estruturas necessárias para a percepção tonal e rítmica estão disponíveis nos bebés muito antes que estas surgem

em nossas práticas educacionais atuais». No entanto, não é com essa realidade idílica que os professores de música em Portugal se deparam. Em muitos casos, a experiência com a música apenas surge quando os alunos chegam ao 5º ano de escolaridade do Ensino Básico, o que se traduz num facto oposto às ideias apresentadas por Gordon. As dificuldades que esses alunos irão encontrar são suscetíveis de colocar em causa, uma boa parte das suas expectativas e do seu desempenho musical.

O valor que a música tem sobre todos, independentemente das suas crenças, ideologias, religiões ou estatutos sociais, responsabiliza cada profissional para a promoção do ensino da música na sala de aula, criando uma educação para a cidadania. A constatação de que todos têm direito a aprender e a terem um grau de literacia musical, independentemente das diferentes capacidades e aptidões manifestadas, representa uma crença com repercussões efetivas no ensino da música. Autores tão diversos como Abeles, Hoffer e Klotman (1994), Cruvinel (2005), Elliott (1995), Eisner (1994), Campbell e Scott-Kassner (2006), Mota (2007), Reimer (2003), Swanwick (2010), Vasconcelos (2007) e Vieira (2008, 2011) suportam esta crença.

Em Portugal, na atualidade, existe a intenção de oferecer a todos os indivíduos a oportunidade de aceder à música enquanto arte, linguagem e conhecimento, assim como a educação geral e plena do indivíduo, a qual acontece assystematicamente na sociedade, por meio, principalmente, da indústria cultural e do folclore, mas principalmente e sistematicamente na escola ou em outras instituições de ensino. O atual sistema de ensino da música em vigor no nosso país prevê três tipos de ensino: o ensino genérico - exercido nas escolas de formação geral, o ensino vocacional - praticado nas escolas de música (academias e conservatórios), e o ensino profissional – desenvolvido nas escolas profissionais. Todos estes tipos de ensino se organizam com carácter formal em escolas oficiais.

3 | A MÚSICA NO ENSINO GENÉRICO

O ensino da música na Educação Pré-Escolar, acontece considerando a Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei nº 46/86, de 14 de outubro, republicada pela Lei nº 49/2005, de 30 de agosto, no entanto, não são dedicadas horas específicas a atividades musicais, sendo seguido o princípio de uma educação aberta e integrada de maneira a assegurar o desenvolvimento harmonioso e global da criança (Despacho nº 5220/97 – 2ª série, de 04 de agosto). No 1º Ciclo do Ensino Básico, existe uma área denominada de Expressão Musical, que integra as Expressões Artísticas, que faz parte integrante do currículo deste nível de ensino. Tanto na Educação Pré-Escolar, como no 1º Ciclo do Ensino Básico, a Educação Musical está entregue aos educadores e professores titulares de turma, que na sua formação inicial (Formação de Educadores e Professores), recebem uma formação pedagógico-musical com muitas limitações, que se torna manifestamente insuficiente para

exercer uma atividade pedagógica na área da Educação Musical.

O Ministério da Educação reconheceu esta insuficiência na formação académica, sendo assim, decidiu incluir um aspeto inovador no artigo 8º da referida Lei de Bases do Sistema Educativo, onde se prevê que o professor único possa ser coadjuvado em áreas especializadas. Esta possibilidade foi reforçada no artigo 10º do Decreto-Lei nº 344/90, de 2 de novembro, Lei Quadro da Educação Artística, quando prevê que componentes de educação artística possam ser ministradas por docentes especializados. Este aspeto foi ainda reiterado, em 2012, através do Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de julho.

A implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular, a partir do ano letivo 2006/2007 (Despacho nº 12 591/2006 - 2ª série, de 16 de junho), e a inclusão da disciplina de Música neste contexto, no sistema educativo, retrocede o processo em várias décadas, uma vez que se volta a permitir que o ensino da música seja feito por docentes que não possuem a formação pedagógica e científica necessárias à implementação de um processo de ensino e aprendizagem devido, como comprova a alínea c) do nº 2 do artigo 16º do Despacho 14 460/2008, de 26 de maio, quando permite a lecionação a «[o]tros profissionais com currículo relevante». Em 2012, através do Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de julho, no seu artigo 14º, as mesmas características são consignadas às atividades de enriquecimento do currículo: no 2º Ciclo de Ensino Básico (5º e 6º anos de escolaridade), a Música integra-se no âmbito da área de Educação Artística e Tecnológica e a disciplina chama-se Educação Musical, mantendo-se, tal como já vinha acontecendo, de carácter obrigatório. Na maior parte das escolas funciona dentro de um bloco de 90 minutos semanais e com um professor especializado. No 3º Ciclo de Ensino Básico, em particular nos 7º e 8º anos de escolaridade, a matriz curricular integra uma disciplina de oferta de escola na área artística ou tecnológica, de acordo com a sua especificidade e no âmbito do seu projeto educativo. Com efeito, cada estabelecimento de ensino, neste contexto, é que decide se implementa a disciplina de música e em que moldes esta se desenvolverá. No 9º ano de escolaridade, apenas uma disciplina da área artística ou tecnológica é contemplada, considerando a escolha dos alunos, comprometendo, assim, o ensino da música. No ensino secundário, não se encontra previsto o ensino da música nas escolas e os alunos que queiram prosseguir estudos na área de música têm que se inscrever numa escola artística especializada.

4 | A MÚSICA NO ENSINO ARTÍSTICO ESPECIALIZADO

4.1 Ensino vocacional

O ensino vocacional da música é ministrado em escolas especializadas que são chamadas de academias de música ou conservatórios. Até 1983, tinham um ensino vertical e os seus planos curriculares regiam-se por uma reforma decretada em 1930. Com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 310/83, de 1 de julho, os conservatórios passaram

a ser escolas básicas e secundárias do ensino oficial público e particular e cooperativo e funcionam no regime de integração ou articulação.

Durante bastantes anos, a implementação do ensino vocacional foi bastante lenta, pois a reforma de 1983 não foi pacífica e suscitou bastante resistência por parte dos diferentes intervenientes. O acesso a este tipo de ensino foi dificultado pela distribuição geográfica das escolas, agravado pelo facto de somente seis serem escolas públicas e todas as outras pertencerem à rede de ensino particular e cooperativo e, por isso, terem de cobrar propinas aos alunos. Neste contexto, só uma minoria da população podia ter acesso ao ensino vocacional da música.

A partir da década de 90 do século passado, fruto das transformações socioeconómicas ocorridas no nosso país, registou-se um aumento progressivo do número de escolas, assim como um aumento significativo de alunos a frequentarem este tipo de ensino. Concorreu para este desiderato, uma maior abertura da população ao regime de ensino articulado e à necessidade de formação geral das crianças, considerando que o ensino da música no ensino genérico não respondia às necessidades de formação geral (PACHECO, 2008).

Em 2007, ocorreu uma importante reestruturação neste tipo de ensino, aproximando ainda mais os modelos de ensino genérico com o ensino especializado (RIBEIRO; VIEIRA, 2016), ficando o regime de ensino articulado isento de encargos financeiros para as famílias. Este tipo de ensino é, hoje, muito procurado pela população, mas as dificuldades acima mencionadas e os constrangimentos financeiros sentidos pelas escolas não permitem responder às solicitações e expectativas das comunidades. Em Portugal, existem, na atualidade, apenas dez escolas públicas de ensino artístico especializado da música, sendo que o ensino artístico especializado da música é, sem dúvida, assegurado pela maioria dos estabelecimentos de ensino da rede particular e cooperativo. No âmbito das reestruturações mencionadas, foram publicados diversos documentos legislativos enquadrando esta oferta educativa. Salientam-se os seguintes: Portaria n.º 691/2009, de 25 de junho; Portaria n.º 225/2012, de 30 de julho; Portaria n.º 243-B/2012, de 13 de agosto; e, atualmente, as Portarias n.º 223-A/2018, de 3 de agosto, e n.º 229-A/2018, de 14 de agosto, definem os planos de estudos dos cursos básico e secundário de música.

O currículo do ensino artístico especializado da música começa no 1.º Ciclo do Ensino Básico sendo que este nível de ensino é financiado 50% pelo estado, através do Contrato de Patrocínio, sendo os outros 50% suportados pelas famílias. Os planos de estudo do Curso Básico de Música integram:

- (i) Áreas disciplinares ou disciplinas de formação geral;
- (ii) Áreas disciplinares ou disciplinas de formação vocacional.

A partir do 2.º Ciclo do Ensino Básico os alunos podem frequentar o ensino da música em três regimes diferentes: (i) Integrado – estudo de todas as componentes do currículo no

mesmo estabelecimento de ensino (Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Braga, Escola Artística do Conservatório de Música do Porto, Escola Artística de Música do Conservatório Nacional, Instituto Gregoriano de Lisboa, Agrupamento de Escolas de Vialonga, Escola Artística do Conservatório de Música de Coimbra, Escola Artística do Conservatório de Música de Aveiro de Calouste Gulbenkian, Agrupamento de Escolas da Bemposta, Conservatório de Música de Loulé, Agrupamento de Escolas Luís António Verney, e, ainda, algumas escolas da rede particular e cooperativa); (ii) Articulado – os alunos frequentam as disciplinas da componente de ensino artístico especializado numa escola de ensino artístico especializado de música e as restantes componentes numa escola de ensino genérico; (iii) Supletivo – os alunos frequentam as disciplinas do ensino artístico especializado numa escola de ensino artístico especializado de música, independentemente das habilitações que possuam.

No âmbito do ensino secundário, existe o Curso Secundário de Música, nas variantes de Instrumento, Formação Musical e Composição, o Curso Secundário de Canto e o Curso Secundário de Canto Gregoriano, podendo funcionar igualmente em regime integrado, articulado e supletivo. Estes cursos estruturam-se em três componentes de formação: formação geral, formação científica e formação técnica-artística.

4.2 Ensino profissional

Na sequência da Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei nº 46/86, de 14 de Outubro, e do Decreto-Lei nº 344/90, de 2 de novembro – Lei de Bases da Educação Artística - surge a formação profissional como uma modalidade especial de educação escolar, em substituição do Ensino Técnico-Profissional em vigor desde 1983. Em Portugal, no âmbito do ensino profissional, são oferecidos cursos em diversas áreas de formação, nomeadamente artísticas: Artes do Espetáculo, Artes Gráficas, Património Cultural e Produção Artística. É na primeira categoria que se inserem os cursos profissionais da área da Música. A sua criação data de 1989 (Decreto-Lei nº 26/89, de 21 de janeiro), e as 10 escolas espalhadas pelo país, assim como as características do modelo de ensino que ministram, têm inevitavelmente introduzido mudanças no ensino especializado da música. As escolas profissionais de música surgem integradas no modelo de ensino profissional, cujo principal objetivo é de «[...] contribuir para a realização pessoal dos jovens proporcionando, designadamente, a preparação adequada para a vida ativa» e «[...] facultar aos jovens contactos com o mundo do trabalho e experiência profissional» (Art.º 3 do Decreto-Lei nº 26/89, de 21 de janeiro). Apresentam, atualmente, alternativas ao nível do 3º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário, oferecendo, inicialmente, os chamados cursos de Nível II e Nível III; hoje em dia, conferem diplomas de Nível III e Nível IV, e são caracterizados por uma forte ligação com o mundo profissional. Tendo em conta o perfil pessoal, a aprendizagem realizada nestes cursos valoriza o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão, em articulação com o setor empresarial

local, podendo mesmo os alunos prosseguirem os seus estudos no ensino superior.

Em jeito de conclusão, como se verificou, a situação do ensino de música em Portugal tem-se caracterizado por transformações profundas a nível de uma maior oferta do ensino da música, sobretudo ao nível do ensino especializado da música, quer através do ensino vocacional, quer através do ensino profissional. Esta transformação do ensino da música teve início com a publicação do Decreto-Lei nº 310/83, de 1 de julho, na qual se insere o ensino artístico nos moldes gerais de ensino em vigor através da reconversão dos Conservatórios de Música em Escolas Básicas e Secundárias, criando as respetivas Escolas Superiores de Música inseridas na estrutura de Ensino Superior Politécnico.

Dentro deste contexto, importa referir que a análise a ser feita no ensino genérico não deixa de ter em conta o modo como se articula ou não com o ensino especializado. As indefinições e desarticulações verificadas nas escolas de música do ensino genérico impõem um olhar atento sobre o modo como o ensino da música, no seu todo, decorre nas escolas públicas em Portugal, concretamente no ensino vocacional e no ensino genérico, tal como são definidos no Decreto-Lei nº 344/90, de 2 de novembro. Esta divisão que se verifica constitui uma ramificação no ensino público de música e representa, segundo Vieira (2008, p. 639), uma «[...] consequência de um processo histórico de fragmentação do ensino da música dos conservatórios». Brown, Collins e Duguid (1988) apud Cope (1999) questionam a eficácia do ensino e aprendizagem musicais que se desenvolvem nas escolas regulares e que se afastam da realidade e da prática.

5 | O ENSINO DA MÚSICA EM DIFERENTES CONTEXTOS

O ensino da música desenvolve-se, também, em diversos contextos não formais. De facto, existem outras formas de aprender música que não envolvem aulas de música lecionadas em escolas, conservatórios ou academias de música. Segundo Cope (2002), um dos elementos chave na aprendizagem musical informal é o contexto social, não só porque facilita a aquisição de competências musicais, mas porque permite a participação em projetos reais e contextualizados. A aprendizagem musical sem um contexto real, que permita vivenciar e experimentar a performance e o que se aprendeu a fazer no ensino formal, pode tornar-se altamente insatisfatória para o aluno. As atividades musicais desenvolvidas em contextos informais poderão ser importantes como complemento de aprendizagens formais, já que promovem conhecimentos e competências musicais, permitindo ao indivíduo que exerce competências e conhecimentos adquiridos em contextos formais.

Ao longo dos tempos o conceito de Educação foi mudando, acompanhando, assim, as transformações políticas e socioeconómicas de cada comunidade. Perante a conjuntura económica e de uma globalização cada vez mais rápida, as comunidades educativas começaram também elas a mudar, dando lugar e espaço a novas formas de educar. Sendo assim, a educação passou de um meio completamente fechado (escola), para espaços

diferentes como: Associações, IPSS, Clubes Desportivos, Companhias de Teatro, Dança e Música, Ginásios, Academias e muitos outros lugares. É nesta perspetiva que surgem muitos locais, enquanto contextos não formais e informais (comparativamente a uma sala de aula), onde se desenvolvem atividades educativas musicais, com crianças com e sem formação musical. A ideia de que a escola responde a todas as necessidades educativas da vida humana não passa de uma ilusão em que, provavelmente, já ninguém acredita. «A escola perdeu o seu estatuto de veículo único ou sequer privilegiado da transmissão» (POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1993, p. 16). Em concordância com Arroyo (2000), acreditamos que os estudos que relacionam música e cultura (como a etnomusicologia) apontam que os espaços escolares – formais – de educação musical não são os únicos, mas sim apenas uma parte dos inúmeros contextos presentes no quotidiano das sociedades, urbanas ou não, onde experiências de ensino e aprendizagem da música acontecem. Desse modo, não podemos acreditar que os processos de Educação Musical ocorrem exclusivamente nas escolas de música institucionais; eles acontecem em distintos contextos culturais e sociais (ARROYO, 2000). As aprendizagens adquiridas fora da escola, quer seja na família, no grupo de amigos ou através dos meios de comunicação social, não podem ser ignoradas. Cada pessoa aprende ao longo da vida no seio da comunidade a que pertence. Outra das hipóteses colocadas é que a educação artística facilita as interações sociais e culturais, constituindo-se como um recurso incontornável para enfrentar as situações de tensão social, nomeadamente as decorrentes da integração de indivíduos provenientes de culturas diversas. A constante necessidade da sociedade atual de justificar e delegar as *culpas* para os outros, quando os resultados e as expectativas não são alcançados:

[n]ão está ao nosso alcance modificar. 'A culpa é do sistema', 'das estruturas' e quem o diz, afirma-o como se não fizesse, também, parte desse mesmo sistema, dessa mesma estrutura. 'A culpa é do ministério'; 'A culpa é dos professores'; 'A culpa é da educação que não trazem de casa'; 'A culpa é do meio social em que vivem'... De mão em mão, 'a culpa é sempre dos outros' (RODRIGUES, H.; RODRIGUES, P., 2003, p. 64).

No contexto das *práticas informais* dos músicos populares não há espaço para a figura do professor no sentido tradicional, como autoridade educativa tão marcante no seio da educação formal. A aprendizagem desenvolve-se, quer individualmente, quer em grupo: «aprendizagem por pares»¹ e «aprendizagem em grupo»² (GREEN, 2008, p. 7, tradução nossa). Ao longo deste tipo de processo de ensino e aprendizagem, centrado no conceito de musicalidade defendido por Elliott (1995), o importante é mesmo *fazer música*, tocar música e encontrar também motivação no ato de fazer música e tocar música em conjunto. É através desta prática musical intensa que, do mesmo modo, se desenvolvem aspetos técnicos de execução (embora não sejam entendidos pelos músicos populares como algo de fundamental) e acima de tudo, se cultiva o prazer pela música.

1 Original: «peer-directed learning» (GREEN, 2008, p. 7).

2 Original: «group learning» (GREEN, 2008, p. 7).

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coexistência de diferentes contextos de ensino e formas de ensinar será mais benéfica ao desenvolvimento musical das crianças do que tentar separar estas realidades, ou até torná-las características de certos ramos de ensino, uma vez que, como verificamos, elas se entrecruzam em diferentes situações. O ensino formal, não formal e informal, promove processos pertinentes e úteis na sua complementaridade nos contextos de ensino da música existentes em Portugal.

Nos diferentes ramos de ensino de música do sistema educativo é necessário fomentar cada vez mais essa complementaridade, de forma a potenciar uma pedagogia voltada para aprendizagens sólidas, criativas e capazes de responderem às diferentes solicitações da população escolar. Neste sentido, é necessário também promover a consciencialização destes processos na formação artística musical dos professores.

Este artigo procurou evidenciar diferentes formas de ensinar Música nos diversos contextos, tanto escolares como não-escolares. Existem muitos argumentos que se poderiam elencar de forma a ajudar nas escolhas dos alunos, por qualquer dos tipos de ensino de música referenciados, porém, neste texto, não se pretende definir qualitativa ou preferencialmente por alguma destas modalidades, nem tomar posições, mas refletir sobre o assunto para possibilitar combinações de práticas pedagógicas e melhorar as aprendizagens dos alunos.

REFERÊNCIAS

ABELES, Harold; HOFFER, Charles; KLOTMAN, Robert. **Foundations of music education**. New York: Thomson Schirmer Books, 1994.

ARROYO, Margareth. Transitando entre o “formal” e o “informal”: um relato sobre a formação de educadores musicais. In: SIMPÓSIO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 7, 2000, Londrina. **Atas...**Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2000. p. 77-90.

BUTZLAFF, Ron. Can music be used to teach reading? **Journal of Aesthetic Education**, v.34, nº3-4, p. 167-178, 2000. Disponível em: <<http://www.gwern.net/docs/dnb/2000-butzlaff.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

BRITO, Teca Alencar de. **Música na educação infantil**. São Paulo: Peirópolis, 2003.

CAMPBELL, Patricia; SCOTT-KASSNER, Carol. **Music in Childhood: From Preschool through the Elementary Grades**. Boston: Thomson Schirmer, 2006.

CARDOSO, Sílvia; SABBATINI, Renato. Aprendizagem e mudanças no cérebro. **Cérebro e Mente**, n. 11, 2000. Disponível em: <<http://cerebromente.org.br/indexge.htm>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

CHAN, Agnes; HO, Yim-Chi; CHEUNG, Mei-Chun. Music training improves verbal memory. **Nature**, v. 396 (6707), p.128, nov. 1998. <https://doi.org/10.1038/24075>

COPE, Peter. Community-based Traditional Fiddling as a Basis for Increasing Participation in Instrument Playing. **Music Education Research**, v.1, n. 1, p. 61-75, 1999. DOI: 10.1080/1461380990010106

COPE, Peter. Informal Learning of Musical Instruments: The Importance of Social Context. **Music Education Research**, v. 4, n. 1, p. 93 – 104, mar. 2002. DOI: 10.1080/14613800220119796

CRUVINEL, Flávia Maria. **Educação Musical e Transformação Social**. Goiânia, Brasil: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005.

ELLIOTT, David. **Music Matters: A New Philosophy of Music Education**. New York. The Oxford University Press, 1995.

EISNER, Elliot. **The educational imagination: on the design and evaluation of school programs**. 3ª ed. New York: Macmillan College Publishing Company, 1994.

FARIA, Márcia Nunes. **A música, fator importante na aprendizagem**. Monografia (Especialização em Psicopedagogia). Centro Técnico Educacional Superior do Oeste Paranaense. Paraná, 2001.

GORDON, Edwin. **Teoria da Aprendizagem Musical: Competências, Conteúdos e Padrões**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

GORDON, Edwin. **Teoria da Aprendizagem Musical para Recém-Nascidos e Crianças em Idade Pré-Escolar**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GREEN, Lucy. **Music, Informal Learning and the School: A New Classroom Pedagogy**. London: Ashgate Publishing Limited, 2008.

HALLAM, Susan. The power of music: its impact on the intellectual, social and personal development of children and young people. **International Journal of Music Education**, Londres, v. 28, n. 3, p. 269-289, 2010. Doi:10.1177/0255761410370658

HETLAND, Lois. Learning to make music enhances spatial reasoning. **Journal of Aesthetic Education**, v. 34, n.3-4, p. 179-238, 2000. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3333643>>. Acesso em: 20 fev. 2019

HO, Yim-Chi; CHEUNG, Mei-Chun; CHAN, Agnes. Music training improves verbal but not visual memory: Cross-sectional and longitudinal explorations in children. **Neuropsychology**, v. 17, n. 3, p. 439-450, 2003. Doi:10.1037/0894-4105.17.3.439

HURWITZ, Irving; WOLFF, Peter; BORTNICK, Barrie; KOKAS, Klara. Nonmusical effects of the Kodály music curriculum in primary grade children. **Journal of Learning Disabilities**, v. 8, n. 3, p.167-174, 1975. Doi:10.1177/002221947500800310

ILARI, Beatriz. **Em busca da mente musical: ensaios sobre os processos cognitivos em música – da percepção à produção**. Curitiba: UFPR, 2006.

JAKOBSON, Lorna; CUDDY, Lola; KILGOUR, Andrea. Time tagging: A key to musicians' superior memory. **Music Perception**, v. 20, n. 3, p. 307-313, 2003. Doi: <http://dx.doi.org/10.1525/mp.2003.20.3.307>

KILGOUR, Andrea; JAKOBSON, Lorna; CUDDY, Lola. Music training and rate of presentation as mediators of text and song recall. **Memory & Cognition**, v. 28 , p.700-710, 2000. <https://doi.org/10.3758/BF03198404>

MOTA, Graça. A música no 1º ciclo do ensino básico – contributo para uma reflexão acerca do conceito de enriquecimento curricular. **APEM**, nº 128/129, maio-dez. 2007.

ORSMOND, Gael; MILLER, Leon. Cognitive, musical and environmental correlates of early music instruction. **Psychology of Music**, v. 27, n. 1, p. 18-37, 1999. Doi:10.1177/0305735699271003

PACHECO, António. **O Ensino da Música no Conservatório do Vale do Sousa: Função Vocacional ou Genérica?** Dissertação (Mestrado em Estudos da Criança- Especialização de Educação Musical). Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, Braga, 2008.

POMBO, Olga; GUIMARÃES, Henrique; LEVY, Teresa. **A interdisciplinaridade: reflexão e experiência**. Lisboa: Texto Editora, 1993.

PORTUGAL. **Decreto-Lei nº 310/83**, de 1 de julho - Insere o ensino artístico nos moldes gerais de ensino em vigor através da reconversão dos Conservatórios de Música em Escolas Básicas e Secundárias, criando as respetivas Escolas Superiores de Música inseridas na estrutura de Ensino Superior Politécnico.

PORTUGAL. **Lei nº 46/86**, de 14 de outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo.

PORTUGAL. **Decreto-Lei nº 26/89**, de 21 de janeiro – Cria as Escolas Profissionais

PORTUGAL. **Decreto-Lei nº 344/90**, de 2 de novembro - Lei de Bases do Ensino Artístico.

PORTUGAL. **Despacho nº 5220/97 (2.a série)**, de 4 de agosto - Define as normas a observar no período de funcionamento dos respetivos estabelecimentos bem como na oferta das atividades de animação e de apoio à família e de enriquecimento curricular.

PORTUGAL. **Decreto-Lei nº 49/2005**, de 30 de agosto - Segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior.

PORTUGAL. **Despacho nº 12 591/2006 (2ª série)**, de 16 de junho – Implementa as atividades de enriquecimento curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico.

PORTUGAL. **Despacho nº 14 460/2008**, de 26 de Maio - Define as normas a observar pelos estabelecimentos públicos de educação e ensino nos quais funciona a Educação Pré-Escolar e o 1.º Ciclo do Ensino Básico no período de funcionamento dos respetivos estabelecimentos, bem como na oferta das atividades de enriquecimento curricular e de animação e de apoio à família.

PORTUGAL. **Portaria nº 691/2009**, de 25 de junho - Cria os Cursos Básicos de Dança, de Música e de Canto Gregoriano e aprova os respetivos planos de estudo.

PORTUGAL. **Decreto-Lei nº 139/2012**, de 5 de julho - Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário.

PORTUGAL. **Portaria nº 225/2012**, de 30 de julho - Cria os cursos básicos de Dança, de Música e de Canto Gregoriano dos 2º e 3º ciclos, aprova os respetivos planos de estudo, estabelece o regime de organização, funcionamento, avaliação e certificação dos cursos referidos, bem como o regime de organização das Iniciações em Dança e em Música do 1º ciclo, do Ensino Básico.

PORTUGAL. **Portaria nº 243-B/2012**, de 13 de agosto - Cria os cursos secundários de Dança, de Música e de Canto Gregoriano, aprova os respetivos planos de estudo, a ser ministrados nos estabelecimentos de ensino público e privados e estabelece o regime de organização e funcionamento, avaliação e certificação dos cursos mencionados.

PORTUGAL. **Portaria nº 223-A/2018**, de 3 de agosto - Procede à regulamentação das ofertas educativas do ensino básico previstas no nº 2 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho, designadamente o ensino básico geral e os cursos artísticos especializados.

PORTUGAL. **Portaria n.º 229-A/2018**, de 14 de agosto - Procede à regulamentação dos cursos artísticos especializados de nível secundário de Dança, de Música, de Canto e de Canto Gregoriano, a que se refere a alínea c) do nº 4 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho.

REIMER, Bennett. **A Philosophy of Music Education**. New Jersey: Prentice Hall, 2003.

RIBEIRO, António José Pacheco; VIEIRA, Maria Helena. A articulação entre o ensino especializado da música e o sistema geral de ensino em Portugal: impacto actual da reestruturação de 2009. **Opus**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 237-254, jun. 2016.

RODRIGUES, Helena; RODRIGUES, Paulo. A Educação e a Música no divã – ‘nóis’, paranóias, dogmas e paradigmas – seguido de apontamento sobre uma ‘gota no oceano’. **Associação Portuguesa de Educação Musical**, n. 121-123, p. 61-79, jan-dez. 2003.

SWANWICK, Keith. Entrevista com Keith Swanwick sobre o ensino de música nas escolas. **Revista Escola**, nº229, jan.-fev. 2010. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/arte/fundamentos/entrevista-keith-swanwick-sobre-ensinomusica-escolas-instrumento-arte-apreciacao-composicao529059.shtm>>. Acesso em: 4 mar. 2019.

TEACHOUT, David. **The impact of music education on a child's growth and development**. Unpublished manuscript. University of North Carolina, Greensboro, USA, 2006. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/242658423>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

VARGAS, Maryléa. Music as a resource to develop cognition. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 174, p. 2989-2994, fev. 2015. Doi:10.1016/j.sbspro.2015.01.1039

VASCONCELOS, António Ângelo. A música no 1º Ciclo do ensino básico: o estado, a sociedade, a escola e a criança. **Revista APEM**, nº128-129, p. 5-15, maio-ago.-set.-dez. 2007.

VAUGHN, Kathryn. Music and mathematics: modest support for the oft-claimed relationship. **Journal of Aesthetic Education**, v. 34, n. 3-4, p.149-166, 2000.

VIEIRA, Maria Helena. The portuguese system of music education: teacher training challenges. In: LOCAL AND GLOBAL PERSPECTIVES ON CHANGE IN TEACHER EDUCATION. INTERNATIONAL YEARBOOK ON TEACHER EDUCATION. WORLDASSEMBLY OF THE INTERNATIONAL COUNCIL ON EDUCATION FOR TEACHING, 53, 2008, Braga. **Proceedings** ... Braga: Universidade do Minho, 2008. p. 639-646.

VIEIRA, Maria Helena. Instrumental group teaching. An agenda for democracy in Portuguese Music Education. In: PROCEEDINGS FROM THE 15TH BIENNIAL OF THE INTERNATIONAL STUDY ASSOCIATION ON TEACHERS AND TEACHING, BACK TO THE FUTURE: LEGACIES, CONTINUITIES AND CHANGES IN EDUCATIONAL POLICY, PRACTICE AND RESEARCH, 15, 2011, Braga. **Atas**...Braga: Universidade do Minho, 2011. p.796-801.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Academia Imperial de Belas Artes 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11

Análise acústica 12

Anos iniciais 214, 216, 219

Aprendizagem de docência 231, 238

Arte 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 23, 24, 29, 30, 31, 34, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 100, 101, 104, 121, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 143, 154, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 199, 207, 208, 210, 212, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 234, 243

Arte participativa 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 92

C

Calendário do som 70, 71, 77, 79, 80

Campos mórficos 81, 99

Contextos de aprendizagem da música 151

Criatividade 37, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 51, 86, 130, 132, 133, 165, 172, 182, 198, 211, 215

Cultura 27, 34, 61, 63, 66, 68, 69, 80, 86, 88, 89, 101, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 128, 129, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 159, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 182, 183, 190, 202, 204, 218, 225, 226, 229, 233, 237, 243

Cultura afro-brasileira 116, 118, 119, 120, 121, 129

Currículo 1, 118, 119, 120, 154, 155, 156, 178, 179, 180, 181, 183, 187, 188, 193, 219, 220

D

Design de moda 36, 37, 46, 47

Dimensões da musicalidade 207, 208, 210, 211, 212, 216, 217, 218

Diversidade cultural 116, 117, 118, 119, 126, 128, 221, 225, 229

E

Educação das relações étnico-raciais 139, 140, 143, 149

Educação musical 48, 49, 51, 52, 54, 55, 59, 60, 61, 66, 68, 69, 135, 136, 137, 139, 140, 142, 143, 149, 150, 151, 154, 155, 159, 160, 161, 162, 163, 179, 189, 190, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 203, 205, 206, 207, 208, 210, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 222, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 240, 241, 242

Ensino-aprendizagem 53, 82, 99, 130, 131, 135, 166, 176, 234, 236, 240

Ensino artístico 1, 2, 10, 151, 152, 155, 156, 157, 158, 162

Ensino coletivo de violino 197, 198
Ensino de artes visuais 165, 166, 176, 177
Ensino de música 68, 69, 152, 158, 160, 163, 181, 183, 189, 190, 192, 197, 198, 206, 208, 210, 219, 222, 224, 226, 229, 237
Ensino de regência 178, 179, 187
Ensino do desenho 2, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 113, 114
Ensino formal e não-formal 231
Ensino genérico da música 151
Ensino não formal 102, 110
Equilíbrio sonoro 12, 16, 17, 21
Escola 2, 3, 5, 6, 10, 11, 14, 21, 24, 25, 52, 54, 55, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 92, 100, 110, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 143, 147, 148, 154, 155, 157, 158, 159, 163, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 208, 210, 218, 219, 221, 222, 224, 225, 226, 228, 230, 232, 234, 236
Escola rural 197, 199, 200
Estágio 38, 53, 191, 231, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 242

F

Festival de música contemporânea brasileira 70, 80
Flauta transversal 12
Formação e atuação em educação musical 48
Formação musical 48, 49, 56, 157, 159, 182, 189, 199, 224
Frevo 70, 71, 72, 73, 75, 76, 79

G

Gestão por processo 36, 38, 39, 42, 45

H

Hélio Oiticica 29, 81, 82, 84, 85, 86, 89, 101
Hermeto Pascoal 70, 71, 72, 74, 79, 80
História africana 116
História da arte 1, 2, 3, 4, 6, 9, 10, 29, 85, 86, 165, 166, 167, 168

I

Identidade 42, 59, 60, 61, 65, 66, 68, 69, 95, 106, 112, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 193
Inclusão 29, 130, 144, 155, 190, 192, 196
Integração 37, 56, 57, 81, 85, 86, 92, 98, 105, 112, 130, 132, 153, 156, 159, 182, 190, 234,

Intergeracionalidade 59, 60, 61, 63, 67

L

Licenciatura em música 130, 131, 135, 178, 179, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 193, 198, 206, 231, 232, 233, 234, 235, 239

Lygia Clark 81, 82, 85, 94, 97, 98, 100, 101

M

Memórias afetivas 81, 92, 93, 94

Metodologia 4, 9, 24, 31, 37, 41, 43, 45, 47, 50, 82, 87, 100, 105, 130, 131, 135, 137, 138, 143, 179, 184, 185, 186, 191, 192, 193, 199, 201, 202, 231, 233, 240

Metodologias experimentais 23

Música 12, 13, 14, 15, 16, 20, 21, 35, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 59, 60, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 79, 80, 92, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242

Música mista 12, 14

Musicologia 70

N

Negros 30, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 124, 127, 128, 141

P

Paul Ricœur 70, 71

Pedagogia das encruzilhadas 23, 24, 26, 35

Prática docente 49, 102, 103, 105, 107

Prática pedagógica 29, 110, 116, 192, 227

Prática profissional 48, 55

Produção do conhecimento 36, 41, 42

Projeto de extensão universitária 48

Projeto social 189, 192, 195, 231, 233, 240

T

Terceira idade 63, 165, 166, 176, 177

Transtextualidade 70

V

Voluntariado 59, 60, 61, 62, 64, 65, 67

W

Walter Benjamin 23, 26, 29, 34, 35

ARTE E CULTURA:



Produção, Difusão e Reapropriação

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

ARTE E CULTURA:

Produção, Difusão e Reapropriação

2



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2021